

COMO AS INICIATIVAS BRASILEIRAS MUDIATIVISTAS RECONFIGURAM A ABORDAGEM JORNALÍSTICA DOS TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Katarini Giroldo Miguel¹
Amanda Franco de Souza²

Resumo

Pretendemos uma discussão sobre as transformações das práticas jornalísticas e a refundação dos ativismos midiáticos, no contexto das redes cibernéticas, para entender a proposta midiativista; se ela se reflete nos portais que atuam especificamente com jornalismo ambiental no Brasil. Nesse sentido, apresentamos um recorte das iniciativas que abordam a temática socioambiental, a partir do Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública, com o objetivo de problematizar cada espaço, a partir de uma abordagem descritiva, considerando o esquema de organização, o modelo de negócios e o enquadramento narrativo. Mapeamos oito portais que se aproximam da proposta midiativista na forma e no conteúdo, mas observamos um escopo institucionalizado. Dois deles, porém, radicalizam a aposta e oferecem pautas que evidenciam a transversalidade, a colaboração e o engajamento.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Midiativismo. Movimento socioambiental. ONGs.

HOW BRAZILIAN MEDIA ACTIVISM RECONFIGURE THE SOCIOENVIRONMENTAL JOURNALISM

Abstract

We intend to discuss the journalism practices and the re-foundation of media activism, in the context of cybernetic networks, in order to understand the media activism proposed; if it is reflected in media that work specifically with environmental journalism in Brazil. In this sense, we present a mapping of initiatives of the socio-environmental theme, based on the Agencia Pública's Map, with the objective of describing each space, considering the organization scheme, the business model and the narrative framework. We identified eight websites that has an activist proposal in form and content, but in an institutionalized sphere. Two of them, however, radicalize the guidelines and offer transversality, collaboration and engagement.

Keywords: Environmental journalism. Media activism. Socio-environmental movement. NGOs.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora nos cursos de graduação em Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq). ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-1030-0619>>. E-mail: katarini.miguel@ufms.br.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com pesquisa sobre as reconfigurações da cobertura jornalística sobre os temas socioambientais em espaços midiativistas. ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-8683-8503>>. E-mail: amanda.francoo@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento e difusão das redes de Comunicação Mediada por Computadores e da internet estruturou novos meios de produzir, consumir e circular informações para os usuários no contexto do que denominamos aqui como cibercultura. Esta pretensa cultura contemporânea se assemelha a um movimento que atravessa os convívios sociais, coloca as redes no epicentro da informatização das sociedades contemporâneas (CASTELLS, 2016; LEMOS, 2010). Com base nos agrupamentos de interesses que a web proporciona, indivíduos e organizações estão aptos a interagir de modo expressivo, formando uma rede de alcance mundial para comunicação, ao mesmo tempo, interativa e individualizada. Personalizada e anônima. Espaço de controle e resistência.

Neste contexto, a multiplicidade de recursos tecnológicos permite a renovação das práticas jornalísticas, intensificação da acessibilidade do usuário, e o surgimento de expressões comunicativas em rede, como as midialivristas e midiativistas, que nos interessam aqui na visão de Malini e Antoun (2013), Bentes (2015) e Braighi e Câmara (2018), porque renovam o entendimento do jornalismo alternativo, dentro do escopo de uma cibercultura que inunda o cotidiano e dilui as barreiras entre *on-line* e *off-line*, sugerindo, para além da independência editorial, um forte potencial de mobilização e de engajamento dos cidadãos nas temáticas noticiadas. Nesta esteira, percebemos proximidade com a concepção de jornalismo ambiental e levantamos o pressuposto que os espaços de caráter ativistas podem alargar a difusão das pautas socioambientais para uma dimensão mais pluralizada do que a permitida pela estrutura midiática convencional.

Para investigar estas iniciativas independentes de jornalismo ambiental, na ótica midiativista, partimos então para uma pesquisa de abordagem qualitativa, com objetivo descritivo, no sentido de assimilar as informações disponíveis sobre determinado fenômeno e discorrer sobre suas principais características e correlações (GIL, 1999). Neste caminho metodológico, mapeamos os grupos e coletivos produtores de conteúdos e narrativas que atravessam o tema ambiental, a partir do levantamento do Mapa do Jornalismo Independente, elaborado pela Agência Pública³. Com isso, identificamos oito iniciativas e apresentamos uma síntese problematizadora de cada espaço, a partir, sobretudo, das informações disponíveis nos portais, relacionadas aos conceitos teóricos que embasam nossos interesses de pesquisa, e

³ O mapa tem como objetivo listar iniciativas independentes no Brasil, de forma colaborativa, que produzem conteúdo jornalístico nativo digital e não estão vinculadas aos conglomerados de mídia, empresas e organizações. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>.

considerando dois eixos principais: 1) o esquema de organização da mídia e o modelo de negócios declarado; 2) o enquadramento narrativo, no que se refere às principais temáticas trabalhadas no que tange a forma, o conteúdo e o posicionamento. Então, observamos duas iniciativas centrais, que radicalizam a proposta ativista, e procedemos com uma análise mais detalhada dos conteúdos em destaque nessas mídias ambientais, que revelaram elementos que compõem a esfera midiativista socioambiental em vigência no Brasil: colaboração, transversalidade e engajamento.

2 APROPRIAÇÕES TECNOLÓGICAS QUE REVISAM AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS ATIVISTAS

De uma sociedade massificada, caracterizada por produção de informação em vias unilaterais, passamos para uma sociedade informacional, em que predomina o fluxo de uma grande quantidade de informações para os interagentes, que possuem relativo poder de escolha, triagem e busca daquilo que lhes interessa (CASTELLS, 2013). As mudanças ocorridas com a revolução tecnológica, assim chamada pelo autor, afetaram diretamente a prática jornalística. Além de alterar o *modus operandi* do jornalismo, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) remodelam o conjunto de informações a serem veiculadas, articulam a mobilização dos cidadãos e se consolidam como instrumentos poderosos a serviço do ativismo digital. É esta reflexão que trazemos aqui; do jornalismo reconfigurado nas instâncias das possibilidades ativistas, indiferente aos preceitos da objetividade, forja-se como o próprio movimento social nesta perspectiva midiativista. A partir das plataformas sociais 2.0⁴ a internet começou a se referenciar como espaço de mídia alternativa, na qual grupos e movimentos sociais, outrora sem estratégias comunicativas próprias, podem compartilhar ações e trabalhos por meio da comunicação em rede (CAMARGO, CORRÊA, 2013).

Neste sentido, as expressões de interatividade e da cultura da participação (JENKINS, 2009) - que sugerem acúmulos de conteúdos em formatos móveis a partir de múltiplas conexões e compartilhamentos - são intensificados no contexto da comunicação em rede. Amplia-se a lógica da cultura participativa e o público não é visto apenas como consumidor inerte de

⁴ A web 2.0 configura-se como a segunda geração de serviços *on-line* e tem como características definidas a potencialização de modelos de organização, publicação e compartilhamento de informações, e a amplificação de ambientes para interação entre os integrantes do processo (PRIMO, 2007).

mensagens, mas como indivíduos que determinam, reestruturam e compartilham produtos midiáticos em moldes que não foram originalmente programados. Outro diferencial é que esse público não exerce estas ações de modo individualizado, e sim em agregações virtuais que excedem limites geográficos e temporais, e levam em consideração as funções exercidas pelas redes sociais *on-line* dentro do processo de circulação de conteúdo. É por meio do contexto de convergência, mudança e mobilidade que movimentos sociais, incluindo as propostas de mídia livre e independentes, surgem (ou se revigoram) na tentativa de propor novas produções, narrativas e discursos jornalísticos.

Na década de 1990, ativistas comunitários inauguraram redes de interação digital com o objetivo de difundir informações, incentivar o debate público entre os cidadãos nas mais diferentes causas, no sentido, por exemplo, de reafirmar o poder democrático a respeito de questões ambientais e de direitos humanos, como ferramenta para mobilizar a sociedade (CASTELLS, 2016). O mesmo autor (2013) afirma que, historicamente, os movimentos sociais se utilizam das mídias com a finalidade de mobilização para suas causas e para institucionalmente se legitimarem. Estes grupos tradicionais, até então atores políticos que dependiam das mediações de organizações jornalísticas para a difusão de seus discursos, conseguem criar seus próprios espaços e pluralizar o ecossistema informativo. As TICs fomentaram as manifestações comunicativas e propiciaram a difusão rápida e viral das ideias desses movimentos, agregações e diferentes levantes que surgem conectados em rede de formas múltiplas. “A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado” (CASTELLS, 2013, p.158). O autor apresenta algumas características destas agregações: são simultaneamente globais e locais, amplamente espontâneas em sua origem, virais, autorreflexivas, geram suas próprias formas de tempo. Constata-se uma conexão fundamental entre a internet e esses movimentos sociais em rede, uma vez que “eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 167). A partir dos avanços tecnológicos, cidadãos e ativistas se apropriam da internet e torna-se “factível traçar uma linha do tempo que se constitui a partir dos fóruns de discussão - e comunidades virtuais -, os e-mails, a blogosfera e o jornalismo digital cidadão e/ou alternativo impulsionado pelo movimento do software livre” (RODRIGUES, 2018, p. 38).

Ambientes virtuais coletivos, grupos de discussão e comunidades de interesse tornam real a comunicação compartilhada que sustenta uma sucessão de “ativismos que vai da

distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários” (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 19-20). Neste contexto de pluralização dos atores comunicativos, a produção de informação se dá em bases mais libertárias e a comunicação alternativa e radical (DOWNING, 2009) é ressignificada neste não-espço e não-tempo enquanto midialivrista (MALINI, ANTOUN, 2013). Para Bentes (2018, p. 152), as urgências do presente engendraram formas de apropriação tecnológicas e novas práticas dos meios e das mídias que direcionam para “um novo campo, que chamamos de midialivrismo e/ou midiativismo, que nos parece decisivo mapear, apoiar e fomentar”. Deste campo, insurgiu uma massa de informações que produziu um procedimento “de autoformação pelas mídias e para as mídias que atravessa e potencializa os movimentos sociais e culturais de novo tipo e os movimentos tradicionais”, apresentando-se de modo decisivo para coletivos que buscam, por exemplo, por direitos humanos, justiça social e racial e equidade de gênero.

Muitas nomenclaturas saltam para demarcar esses espaços alternativos à mídia convencional, tais como mídias independentes, radicais, midialivrista e midiativistas, que são problematizadas por Braighi e Câmara (2018). As duas últimas se encontram mais concatenadas ao contexto temporal e ao advento tecnológico, mas elas se diferenciam nos objetivos de luta. Enquanto o midialivrismo está centrado em pautas que passam pela democratização da comunicação, e a sociedade integra essas experiências, o midiativismo tem um caráter mais genérico; “pode se relacionar a qualquer causa” (BRAIGHI, CÂMARA, 2018, p.29). Ele carrega de um lado, a função de informação, mediação, que se associa ao outro lado, de transgressão solidária (JORDAN, 2002 apud BRAIGHI, CÂMARA, 2018), com a finalidade de alterar situações de contexto. Os midiativistas são indivíduos que possuem uma vontade solidária, colocam em prática ações diretas transgressivas, intencionais e vislumbram as próprias competências de intervenção social sendo potencializadas, através de “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI, CÂMARA, 2018, p. 36).

O fenômeno do midiativismo decai para as novas gerações, as quais sabem articular o poder de mobilização das redes com a força presencial nas ruas (SODRÉ, 2018, p. 21). A partir da inserção na rede, os ativistas amplificam suas atividades tradicionais ou acabam desenvolvendo outras, visando difundir informações e reivindicações livres de mediação, buscando a mobilização para uma causa e organizando ações e protestos em rede e presencialmente. Estes midiativistas ganham força no cenário em rede e atuam complexificando

temas, para além de construírem narrativas que contrapõem ou complementam o discurso midiático do *mainstream*. Para tanto, se ocupam de diferentes temáticas sociais e constroem pautas de forma ativista, engajada, preocupada não só em abordar causas e consequências, como trazer soluções e se apropriar delas. Assim, caminhamos para o entendimento de como as notícias ambientais são abordadas dentro deste contexto de mobilização social e difusão tecnológica.

3 JORNALISMO AMBIENTAL DOS MOVIMENTOS, ONGS E MÍDIA

De acordo com Jacobi (2007), a questão ambiental no Brasil adquiriu uma visibilidade relevante no discurso dos atores que constituem a sociedade, a partir da década de 1980, e adentrou em diversos campos e atividades organizacionais, promovendo o envolvimento e engajamento de associações socioambientais, científicas e de grupos sociais e empresariais. Desse modo, desenvolveu-se uma área política composta por indivíduos que possuem cerne em movimentos sociais e ambientais, os quais passam a empregar o “socioambientalismo”, como forma de manifestação de uma identidade transversal. O termo transfigura-se como parte constitutiva de um campo gradativamente vasto constituído por movimentos e Organizações Não-Governamentais (ONGs). “O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns, coalizões e redes que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multisetorial do ambientalismo” (JACOBI, 2007, p. 465).

As questões que o ambientalismo conduz estão ligadas à indispensabilidade de construir uma cidadania para os desiguais, com destaque à temática dos direitos sociais, às consequências provocadas pela degradação das condições de vida advindas pela destruição socioambiental e à precisão de expandir condutas focalizadas na sustentabilidade e na politização de riscos (JACOBI, 2007). Neste sentido, as ações das redes de comunicação e a prática do jornalismo especializado proporcionam o discernimento público dos efeitos ambientais, ajudam a pressionar governos e implantar políticas públicas. As atuações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental fortaleceram de forma significativa o jornalismo ambiental, com emergência mais significativa a partir da organização dos veículos de mídia para a Conferência Rio 92. Com uma proposta de dilatar as funções do jornalista para o sentido do engajamento, o jornalismo ambiental “trabalha comprometido com a promoção da qualidade

de vida planetária, a partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais” (BELMONTE, 2017, p. 119).

Portanto, notamos que na gênese do jornalismo ambiental há um diálogo com os códigos midiativistas, para além de midialivristas, visto que procuram informar de maneira engajada, buscando por pluralidade de vozes ao tentar complexificar os fenômenos para além dos fatos. Ambos prezam pela investigação, pela denúncia, pelo engajamento a partir de um posicionamento proativo e propositivo; com o objetivo de ir além dos danos e consequências (BELMONTE, 2017). Bueno (2007, p. 35) descreve o jornalismo ambiental simplificado como o “processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. Dentre suas finalidades, o pesquisador destaca a função informativa, que corresponde à necessidade que cidadãos têm de se informar com pautas ambientais; a função pedagógica, que diz respeito ao esclarecimento de causas, consequências e soluções que envolvem a temática; e a função política, entendida como papel de mobilização dos cidadãos com o intuito de confrontar interesses que contribuem e/ou condicionam a deterioração das questões ambientais.

O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios [...] O Jornalismo Ambiental deve incorporar uma visão inter e multidisciplinar, que extrapola os limites dos cadernos e das editoriais, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais (BUENO, 2007, p. 36).

A proposta do jornalismo ambiental supera a concepção de uma cobertura focada apenas em questões relacionadas ao meio ambiente, ao chamado meio físico ou biológico. Para além disso, trata dos temas alicerçados em pontos de vistas diferenciados, de maneira posicionada, comprometida com a ascensão da qualidade de vida, assim como os princípios do midiativismo.

De acordo com Ribeiro (2019), as editoriais, jornais e revistas especializados em meio ambiente deixaram de ter lugar na mídia por questões de crise na comunicação e no jornalismo. A pauta ambiental perdeu espaço no jornalismo convencional, mas universos informativos foram se constituindo a partir dos conteúdos elaborados pelo movimento ambiental e pelas mídias de caráter midiativistas (quando esses próprios atores não se fundem e confundem). Desponta, por exemplo, a possibilidade de engajamento e sensibilização dos cidadãos por meio de distintos mecanismos e linguagens para a promoção de um discurso dos afetos envolvido

com a temática ambiental, devido ao advento das TICs e de projetos transmídia⁵ e estilos *long form*⁶ (MIGUEL, FRAIHA, 2019; BUENO, 2007). As organizações ambientalistas passaram a exceder sites e blogs tradicionais, construindo plataformas que se desenrolam em espaços midiáticos distintos ou não, compostos por textos, imagens, áudios e vídeos que trazem informações diversas, constituindo um conjunto informativo que perpassa os aspectos multimídia e que pode ser visto como produções de um ciberjornalismo ambiental; “além de dispor de recursos interativos, este espaço [digital] conduz a sensibilização do público e promove a conscientização, devido à presentificação gerada no receptor em contato com essas experimentações” (MIGUEL, FRAIHA, 2019, p. 8). Para entender como essa difusão do jornalismo ambiental se dá em espaços midiativistas, apresentamos na sequência um mapeamento das iniciativas em vigência, com sínteses descritivas para, então, problematizar dois espaços que despontaram como férteis para o terreno da reconfiguração jornalística.

4 MAPEAMENTO DO MEDIATIVISMO SOCIOAMBIENTAL

No sentido de avançar na sistematização das iniciativas midiativistas socioambientais, acessamos todos os portais listados no Mapa de Jornalismo Independente da Agência Pública e selecionamos as plataformas específicas, a partir de uma leitura flutuante, baseada, neste momento, na própria autodefinição ali constante, e descrevemos a forma de organização e o modelo de negócios percebido; as principais temáticas abordadas; e se a proposta narrativa se aproxima dos debates midiativistas. Nossas observações e descrições foram feitas a partir dos conteúdos disponibilizados nas páginas iniciais, durante a primeira quinzena de dezembro de 2020 (entre os dias 1 e 15).

Dividido entre seleção feita pela Agência Pública e indicada por leitores, o Mapa apresenta 83 e 93 iniciativas respectivamente, totalizando 176 projetos. Neste total, foram encontrados apenas oito coletivos especializados na temática socioambiental. Ainda que muitos veículos ali tratem de Direitos Humanos, por exemplo, percorrendo a temática do nosso

⁵ A narrativa transmídia configura-se por diferentes meios, várias linguagens e narrativas de modo simultâneo. Nesse conjunto estrutural, torna-se viável a relação entre todos os elementos comunicacionais existentes na construção hipermídia, como fotos, vídeos, músicas e links, fundamentando-se a partir da estrutura textual (RENÓ, FLORES, 2018).

⁶ O gênero foi marcado pelo surgimento do HTML 5. Longhi (2014) apud Miguel e Fraiha (2019) define algumas características principais desse estilo de narrativa: leitura vertical, extensa produção textual, densidade da apuração jornalística, possibilidade de divisão em capítulos ou temáticas, não obrigação de linearidade, e potencialização em conteúdos de imersão.

interesse, optamos por selecionar veículos de abordagem predominantemente ambiental e suas correlações com sustentabilidade e degradação do ambiente natural. Foram mapeados então os espaços: Envolverde, Conexão Planeta, Amazônia Real, Repórter Brasil, Ecodesenvolvimento, InfoAmazônia, #Colabora e O Eco. Dividimos em dois eixos: o *periférico* - que abarca espaços informativos que tem certa proximidade com os ativismos, mas precedem o debate em rede ou não alcançam a transgressão jornalística -, e o *central* - com iniciativas que experimentam de forma mais radical o jornalismo ambiental em consonância com midiativismo, portanto, mereceram uma atenção maior nas descrições e inferências.

4.1 INICIATIVAS PERIFÉRICAS

O primeiro espaço, o portal Envolverde (envolverde.com.br), criado em 1998, é anterior ao debate sobre experiências midiativistas em rede, mas ainda assim apresenta pontos de contato interessantes. É decorrente de um projeto de mesmo nome que surge em 1995 para gerenciar, no Brasil, o semanário Terramérica, realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e dedicado à cobertura de meio ambiente. A iniciativa se define como uma organização que tem como objetivo principal ampliar o conhecimento social da sustentabilidade por meio do jornalismo e da comunicação. De acordo com Marcondes (2014), fundador e diretor da Envolverde, o intuito da agência é produzir um jornalismo mais comprometido com o desenvolvimento humano, “dando especial destaque à cobertura de temas normalmente fora da pauta das mídias convencionais”. Neste caso, já alertamos para, ao menos no plano discursivo, o encontro com os ideais midiativistas, apesar do fundador abdicar do envolvimento direto: “muitas vezes nos perguntam se somos militantes ambientais e a resposta é sempre não. Somos jornalistas que trabalham com pautas ambientais e sociais” (MARCONDES, 2014). A Envolverde é gerida enquanto parte de uma ONG e se mantém por meio de fundos de financiamento públicos e privados, além de publicidade no próprio site de notícias e sistema para doações financeiras individuais. As abordagens principais do site versam sobre decisões governamentais, com foco na denúncia de medidas nocivas ao meio ambiente como desmatamento, queimadas, extinção da fauna e flora, violência contra indígenas, coleta de resíduos sólidos, mineração e perda da biodiversidade.

A Repórter Brasil (reporterbrasil.org.br) também antecede o debate sobre os ativismos digitais, mas atua na perspectiva da mobilização e denúncia. Coloca-se na missão de estimular a reflexão e a ação sobre o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente nas cadeias produtivas do agronegócio. O foco, para além da produção jornalística, é um monitoramento

do trabalho em regime análogo à escravidão em frigoríficos e setor têxtil. Os temas relacionam a superexploração do trabalho com os impactos socioambientais do uso de agrotóxicos, tráfico de pessoas e trabalho infantil, por exemplo. Seu funcionamento é também por meio de uma ONG de comunicação e projetos sociais fundada por jornalistas, cientistas sociais e educadores em 2001.

O Eco é um projeto criado em 2004 pela Associação O Eco (oeco.org.br), uma ONG com atividades focadas em educação ambiental. Denomina-se como um site de notícias ambientais sem fins lucrativos, que alia jornalismo e tecnologias para divulgação de temas ambientais. O conteúdo do site é resultado do trabalho de uma rede de jornalistas, especialistas e voluntários que se dedicam à cobertura de pautas socioambientais, como o desmatamento, queimadas, invasões em terras indígenas, exploração de recursos da natureza, agronegócio, tráfico de animais, extinção da fauna e da flora, entre outros. Além de atuar como parte de uma organização que pode obter financiamento de diferentes meios, no site é possível ver anúncios publicitários e fazer doações individuais, inclusive, a partir de financiamento coletivo, modelo de negócios muito característico do midiativismo.

O Conexão Planeta (conexaoplaneta.com.br) surgiu da atuação de jornalistas com experiência em sustentabilidade e se define como um coletivo de mídia com o intuito de propagar notícias, narrativas e entrevistas com o “olhar apurado” de profissionais especializados. O ativismo é declarado a partir do slogan “Inspirar para a Ação”, com posicionamento de mobilização. “Desejamos espalhar histórias de empreendedores sociais, ONGs, empresas e indivíduos que, sozinhos ou coletivamente, realizem trabalhos de impacto social, cultural, econômico e ambiental” (NUNES, CAMARGO). As principais pautas compreendem temas como preservação e proteção à natureza, aos animais e ecossistemas, consumo consciente, mudanças climáticas, mobilidade urbana e biodiversidade. É possível identificar como um portal de notícias que conta com a parceria de ONGs e fundações ambientalistas. Coloca-se como independente editorial e financeiramente.

A InfoAmazônia (infoamazonia.org) é uma iniciativa criada em 2012 em conjunto com a ONG *Internews* e apoio da *Climate and Development Knowledge Network* (CDKN) e da *Knight International Journalism Fellowship*. Sugere-se, portanto, que é financiada por meio de tais parceiras. A rede formada por organizações e jornalistas fornece atualizações constantes de notícias de diversos meios de comunicação sobre a Amazônia, em uma espécie de curadoria, além de realizar um cruzamento com dados compartilhados por governos, universidades e institutos dos países amazônicos. Também observamos o caráter mais colaborativo por meio

do incentivo ao compartilhamento de dados e notícias. As pautas compreendem a cobertura sobre desmatamento, recursos hídricos, ataques contra indígenas, agricultura familiar, degradação causada pela pecuária, queimadas e garimpo ilegal.

O Portal Ecodesenvolvimento (ecodesenvolvimento.org) é o único que não possui postagens atualizadas; as últimas publicações datam de novembro de 2018. Consta no portal que surgiu em 2008, por intermédio do Instituto EcoD, organização sem fins lucrativos, como uma plataforma de comunicação online especializada em sustentabilidade.

4.2 INICIATIVAS CENTRAIS

A Amazônia Real (amazoniareal.com.br) foi criada em 2013 por um coletivo de mulheres e se define como uma “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos que dá voz às populações da Amazônia [...] em especial daquelas que têm pouco espaço e visibilidade na chamada grande imprensa” (AMAZÔNIA REAL). Identificamos declaradamente a proposta de uma contranarrativa, aqui pautada em vozes da comunidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, com foco no jornalismo de opinião. Há uma proximidade com o midialivrisimo também quando declaram a defesa da democratização da informação, liberdade de imprensa e expressão. As abordagens estão focadas nas problemáticas da Amazônia e perpassam o viés dos Direitos Humanos, por exemplo, com abordagens sobre conflitos agrários, migrações e tráfico de pessoas. Além disso, a proposta traz a perspectiva de gênero e pluraliza a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas bandeiras (CASTELLS, 2013). Sobre o modelo de negócios, o veículo informa que se mantém com “doações dos leitores, parcerias com empresas privadas que tenham responsabilidade socioambiental com a Floresta Amazônica, e parceria com instituições filantrópicas, por meio de projetos” (AMAZÔNIA REAL). Chama atenção aqui a questão de gênero, com foco feminista, que atravessa com muita frequência as pautas; todas as reportagens dos destaques, por exemplo, foram redigidas exclusivamente por mulheres, a própria definição como “coletivo de mulheres”, pode justificar a decisão das rotinas produtivas. Com isso, percebemos também um alargamento nos temas abordados, que fogem das abordagens mais convencionais e esperadas - relativas à floresta amazônica - para centralizar as necessidades dos povos tradicionais.

A página oficial da Amazônia Real (amazoniareal.com.br) é dividida em seis editoriais: meio ambiente, povos indígenas, questão agrária, política, economia e negócios, e cultura. As

sete publicações observadas nos destaques especificamente no dia 15 de dezembro de 2020 têm datas distintas porque os conteúdos não são atualizados diariamente, mas o espaço privilegiado que ocupam indica que são temas centrais e que podem revelar o perfil editorial. A reportagem “Agentes federais levaram o coronavírus para as aldeias, diz APIB”⁷, publicada no dia 11 de dezembro, apresenta o relatório “Nossa Luta é Pela Vida”, produzido e divulgado no dia 10 de novembro, dia Internacional dos Direitos Humanos, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). O texto revela-se engajado no sentido de disseminar o panorama traçado pelo relatório, buscando mobilizar a atenção da sociedade civil, com a utilização de adjetivos e posicionamento denunciante, como no trecho da sequência. “O documento é explícito: trata-se de uma tragédia sem paralelos causada por negligência e omissão do estado brasileiro na proteção dos territórios indígenas e de suas populações” (RIBEIRO, 2020). Além disso, verificamos a preocupação com o aprofundamento, contextualizando como se deu a contaminação entre os indígenas, causada inicialmente por um médico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), e os casos posteriores e semelhantes, em diferentes regiões do Amazonas e Acre. A reportagem aborda ainda algumas ações realizadas pelo governo dentro dos territórios indígenas e suas respectivas consequências durante a pandemia; a falta de um plano emergencial, a invisibilidade e subnotificação da doença, apresentando “inconsistências que comprovam a fragilidade das notificações oficiais e a defasagem dos números divulgados pela Sesai e que desde o início tem sido motivo de críticas por parte dos movimentos indígenas” (RIBEIRO, 2020).

A matéria “Pandemia segue fora de controle no Amazonas”⁸, datada de 02 de dezembro de 2020, também se refere ao contexto da Covid-19 e apresenta dados a respeito da alta dos casos da doença, a rápida propagação ocorrida no estado, a segunda onda de contágio e o aumento da hospitalização devido às sequelas. Ambos os textos empregam as etiquetas temáticas próprias das redes, as *hashtags*, que aglutinam conteúdos com potencial de mobilização, no caso aqui, #CoberturaCovid19Amazônia, utilizada para reunir as reportagens que tratam do contexto de pandemia vivido na região da Amazônia. Uma proposta que revela um caráter de mobilização, e que constava na página inicial no momento da nossa observação, é o Blog Jovens Cidadãos da Amazônia⁹ com “conteúdos exclusivos produzidos por jovens comunicadores indígenas de dentro de suas aldeias e comunidades tradicionais sobre como vêm e estão enfrentando a pandemia da Covid-19” (AMAZÔNIA REAL). Esta estrutura mais

⁷ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/agentes-federais-levaram-o-coronavirus-para-as-aldeias-diz-apib/>

⁸ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-segue-fora-de-controle-no-amazonas/>

⁹ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/jovens-cidadaos/>

colaborativa, plural e que espalha as práticas jornalísticas para outros sujeitos e sujeitas, também dialoga diretamente com as características do midiativismo.

Em outro destaque, na reportagem publicada em 10 de dezembro de 2020, “Morte de menina Sateré-Mawé expõe violência sexual dentro dos territórios”, notamos também um conteúdo detalhado, sem receio em explicitar o engajamento em um assunto tabu, desta vez, na perspectiva de gênero e denúncia. O texto aponta “a invisibilidade e o silêncio dos casos de violência doméstica contra as mulheres indígenas, da violência sexual contra crianças e adolescentes, da falta de políticas públicas e de investigações sobre os casos nos territórios” (SANTOS, 2020), ressaltando a repercussão do ocorrido no movimento indígena, o relato de mulheres indígenas historicamente silenciadas e invisibilizadas, além de problematizar o uso do álcool e drogas pelos jovens como motivação para os crimes, e a ausência de transparência nas informações oficiais, que geram subnotificações dos casos no estado. Outras duas reportagens trazem a pauta da questão de gênero: “Covid-19 aumenta os desafios das mulheres chefes de família, em Belém”¹⁰ e “De tiros a agressões nas ruas: no Pará, violência política contra mulheres extrapola as redes”. A primeira possui um caráter mobilizador, estimulando a colaboração do leitor na campanha “Me ajude a ajudar”, ação social criada no início da política de isolamento social, que atendeu bairros periféricos de Belém distribuindo cestas básicas, e também em doações financeiras para as fontes citadas no texto, que relatam suas dificuldades durante a pandemia. Neste caso, há uma certa subversão das práticas jornalísticas ao associar a ação social com a notícia e denúncia. A segunda reportagem, sobre as candidatas mulheres que sofrem ataques dentro e fora dos partidos políticos, com data original de 10 de dezembro de 2020, traz a relevância de expor as violências sofridas nas redes, reproduzindo trechos explícitos de conteúdos misóginos e racistas, por exemplo: “para ser LGBT e ser educadora, opa tem alguma coisa errada, tomada a Deus que esta feminista seja alvo de execução igual teve o mesmo destino que teve a Marielle Franco, tem que cortar o mal pela raiz”¹¹.

A reportagem foi produzida pela Amazônia Real e teve colaboração do projeto MonitorA, da Revista AzMina¹² e do InternetLab¹³, um observatório de violência política contra

¹⁰ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/covid-19-aumenta-os-desafios-das-mulheres-chefes-de-familia-em-belem/>

¹¹ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/de-tiros-a-agressoes-nas-ruas-no-para-violencia-politica-contra-mulheres-extrapola-as-redes/>

¹² Revista feminina digital de jornalismo independente, criada em 2015 por meio de um financiamento coletivo, que aborda pautas sobre a questão de gênero. Disponível em: <https://azmina.com.br/>.

¹³ Centro independente de pesquisa interdisciplinar que promove debates acadêmicos e produção de conhecimento nas áreas de direito e tecnologia, sobretudo no campo da internet. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/>.

candidata nas redes. Estas parcerias são frequentes na Amazonia Real. A série especial “Um vírus e duas guerras”¹⁴, sobre o aumento da violência de gênero durante a pandemia, teve a parceria das mídias independentes Agência Eco Nordeste¹⁵, #Colabora, Portal Catarinas¹⁶ e Ponte Jornalismo¹⁷. A assinatura principal em todas as reportagens é de jornalista da Amazônia Real. A última publicação em destaque, com foco nas violências contra os povos tradicionais, “Quilombos do Amapá relatam violência policial e racismo”, evidencia a presença da reportagem no local e suas impressões: “A equipe da Amazônia Real, durante o apagão no Amapá, percorreu três quilombos, bairros periféricos de Macapá e áreas mais nobres” (PENHA, 2020). A matéria ressalta o descaso das autoridades e do racismo estrutural com relação aos povos quilombolas, no contexto da falta de energia ocorrida no estado e vincula aos problemas socioambientais das comunidades.

O #Colabora, espaço que também despertou mais atenção, se define como um “projeto jornalístico que aposta numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente” (COLABORA). Foi criado em 2015 e possui o *slogan* “Juntos, por um mundo + mais criativo, tolerante e generoso”. As reportagens são produzidas de forma colaborativa por uma equipe de jornalistas e especialistas, espalhada pelo Brasil e outros países – além de incentivarem as sugestões de pautas - que cobrem temas como saneamento, consumo, diversidade, desigualdade, clima, economia verde. As editorias do projeto passaram a ser pautadas em 2019 pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e se mostram mais abrangentes, tratando, por exemplo, de violência de gênero, diversidade sexual e educação. O veículo de mídia declara que é financiado por “patrocínio de algumas marcas dos eventos que organizamos, de doações de fundações e da contribuição feita por leitores” (COLABORA), também aqui no sentido do financiamento coletivo próprio das mídias independentes. A página oficial do #Colabora (projetocolabora.com.br) é dividida em doze editorias: cidades, clima, consumo, desigualdade, diversidade, economia verde, educação, meio ambiente, paz e justiça, saneamento, saúde e vídeos. Observamos aí a pluralidade e alargamento das pautas ambientais ao dar visibilidade a temas como desigualdade e diversidade. Os conteúdos verificados em destaque, no dia 15 de

¹⁴ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/category/um-virus-e-duas-guerras/>

¹⁵ Agência que propõe conteúdo diversificado sobre sustentabilidade, considerando o tripé ambiental, social e econômico, a partir das realidades da Região Nordeste do Brasil. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br>.

¹⁶ Portal de jornalismo independente, especializado em gênero, feminismos e direitos humanos, com o objetivo de articular engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Disponível em: <https://catarinas.info/>.

¹⁷ Site de jornalismo independente que publica reportagens sobre segurança pública, justiça e direitos humanos. Disponível em: <https://ponte.org/>.

dezembro, atentam para um maior número de publicações em relação à Amazônia Real, porém com atualização mais espaçada.

A principal temática em evidência aborda a pandemia de Covid-19 em quatro matérias, publicadas entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2020: “Pandemia de Covid-19 interrompe serviços de prevenção e tratamento de HIV”¹⁸, “Vacina contra Covid-19 para crianças: cinco perguntas e respostas”¹⁹, “Vacinas contra Covid-19 terão efeitos colaterais – e isso é bom”²⁰ e “Diário da Covid-19: mortes no Brasil crescem, mas vacinação ainda demora”²¹. A primeira publicação faz parte do projeto especial “#Colabora Universidade”, espaço aberto à produção jornalística universitária de reportagens produzidas por acadêmico(as) do 7º período de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com foco na linha editorial do #Colabora. A segunda e terceira publicações são de autoria do *The Conversation*, fonte independente de notícias, opiniões e pesquisas da comunidade acadêmica internacional, criado em 2011. Neste sentido, confirmamos o engajamento na construção e produção de conteúdo colaborativo, como enfatiza o próprio nome da iniciativa. Já o quarto texto apresenta um cenário de “incertezas, sem bússola e sem comando” em que vive o Brasil diante a pandemia do coronavírus e o programa de imunização para a doença. Com foco no jornalismo de opinião, forte posicionamento adjetivado, destaca a incapacidade das autoridades de saúde em rastrear e monitorar a Covid-19, apresentando dados sobre o número de casos e mortes no panorama nacional e global:

A população brasileira não sabe se o país tem um ministério da saúde ou da doença; não sabe se 2021 será melhor ou pior do que 2020; se vai prevalecer a opinião dos sábios ou dos tolos; se a ciência vai vencer as credices ou o contrário; se existe alguma luz indicando o fim da pandemia ou só trevas no horizonte; se existe esperança no controle do vírus ou apenas a continuidade do desespero do contágio e da falta de ar; se o Brasil ruma para o futuro e a ampliação das oportunidades ou para o passado e a barbárie; se na atual encruzilhada, escolheremos a estrada do cenário celestial ou a via oposta? (ALVES, 2020).

Inferimos, neste caso, um propósito de mudança social e efetivo envolvimento com as causas, sem a preocupação em separar opinião de informação. Nesta mesma esteira, está o especial, datado dos dias 1 e 2 de dezembro de 2020, “A periferia no centro”, desenvolvido em

¹⁸ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/pandemia-de-covid-19-interrompe-servicos-de-prevencao-e-tratamento-de-hiv/>

¹⁹ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/vacina-contracovid-19-criancas-5-perguntas-e-respostas/>

²⁰ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/vacinas-contracovid-19-terao-efeitos-colaterais-e-isso-e-bom/>

²¹ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/mortes-no-brasil-crescem-mas-vacinacao-ainda-demora/>

parceria com o Favela em Pauta²², que produz reportagens a respeito das consequências da pandemia em localidades fora do eixo Rio-São Paulo, e os desafios para alcançar os ODS da ONU no contexto da crise sanitária. Os textos que compõem a publicação são a apresentação “Retratos da pandemia no Brasil distante das metrópoles”²³ e as reportagens “Pandemia escancara falta de direito à cidade nos quilombos de Goiás”²⁴ e “Agroecologia na batalha contra a fome que chegou com a pandemia”²⁵.

A primeira reportagem diz respeito ao combate à pandemia nas comunidades quilombolas e à longa história de desprezo que impede os moradores dos privilégios prometidos nos espaços urbanos, em um texto narrativo, com volumosa documentação e dados, com um dos subtítulos focando nas táticas de resistência quilombola. A segunda aborda a crise econômica decorrente da Covid-19, que aumentou o valor de uma produção rural que respeita o meio ambiente e que conecta territórios e cidadãos em práticas sustentáveis. Esta última chama a atenção por trazer ativistas e midiativistas (declaradamente) como fontes, além de abordar grupos que se tornaram ponto de mobilização comunitária diante do problema da fome, que afligiu a região de Minas Gerais. A matéria dialoga com a anterior, por retratar o despejo de um acampamento quilombola, que produzia verduras e hortaliças que serviam de alimento na região, e ainda aprofunda a pauta ambiental discorrendo sobre dados, rotinas e técnicas da agroecologia e agricultura familiar. Pautas que evidenciam as relações de tradição e preservação.

Com menos intensidade, o #Colabora também empreende a perspectiva de gênero nos conteúdos. A notícia “Única vereadora eleita no país pelo conservador DC é mulher trans” figurava em destaque na página inicial. A publicação, além de mostrar que “Gilvan Masferrer derrotou o preconceito e driblou a violência nas eleições municipais de 2020” (MELO, 2020), aborda o projeto social “Me ajude a ajudar” (também retratado em publicação da Amazônia Real), que tem o envolvimento da fonte e o incentivo do #Colabora. Na mesma temática, também constavam na página inicial dois vídeos curtos e explicativos, datados respectivamente de setembro e agosto de 2020. “Violência sexual contra crianças: histórias que o Brasil precisa

²² Iniciativa de jornalistas comunitários do Rio de Janeiro que propõe a junção de jornalismo de dados e jornalismo comunitário para a produção e publicação de reportagens aprofundadas com checagem de dados. Disponível em: <https://favelaempauta.com/>.

²³ Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods16/retratos-da-pandemia-no-brasil-distante-das-metropoles/>

²⁴ Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods11/quilombos-de-goias-e-a-falta-de-direito-a-cidade/>

²⁵ Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods12/agroecologia-na-batalha-contra-a-fome-que-chegou-com-a-pandemia/>

tirar das sombras”²⁶, em que a narradora de forma bem coloquial e com dados em tela, propõe o debate sobre o aborto em caso de estupro de meninas. E “Antonia Pellegrino na luta pela igualdade de gênero”²⁷, uma entrevista com a roteirista feminista, integrante da série de reportagens “Pedalando até 2030”, que traça de maneira mais objetiva os desafios para alcançar os ODS, no caso deste vídeo, da igualdade de gênero. Ainda em destaque na página do #Colabora, constavam mais três publicações no momento da nossa análise: “#RioéRua – O alvo carioca do sinistro Salles”²⁸, “Jovens negros desenham futuro mais inteligente e inclusivo para o Rio”²⁹ e “Apostilas viajam de barco para salvar ano letivo de alunos isolados e sem internet”³⁰. A primeira matéria pode ser alocada no gênero opinativo; evidencia o engajamento por meio do uso de *hashtag* e explicita críticas ao “desgoverno” por parte do Ministério do Meio Ambiente e do desmantelamento dos órgãos ambientais.

A segunda notícia traz a iniciativa do Programa Ubuntu-Labe da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que auxilia a “transformar a cidade em um lugar mais seguro, tecnológico e digno para a população preta e parda”. E a última publicação, em formato de reportagem, aborda as dificuldades de acesso ao ensino em comunidades rurais e ribeirinhas na Amazônia, que se intensificaram com a pandemia de Covid-19. Notamos o esforço em desenvolver pautas propositivas que debatem os objetivos do desenvolvimento sustentável, sinalizando para o envolvimento direto e transgressão solidária, próprias do midiativismo, sem perder de vista assuntos urgentes, como é o caso da pandemia do novo coronavírus.

Ambas iniciativas centrais dialogam com as características do midiativismo, sobretudo por terem o propósito de mudança social, com vistas de alterar situações de contexto, colocando em prática ações mais diretas e intencionais, que são potencializadas por possibilidades de intervenção social. Interessante notar que nos dois espaços os textos recebem uma assinatura especial, apresentando o (a) autor (a) na sua subjetividade, muitas vezes como ativista, integrante de outros coletivos e instituições, o que aponta para a figura do midiativista como o indivíduo autônomo, com vontade solidária e capacidade de intervenção, ainda que simbólica.

²⁶ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/videos/violencia-sexual-contra-criancas-historias-que-o-brasil-precisa-tirar-das-sombras/>

²⁷ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/videos/antonia-pellegrino-mulheres-estao-chutando-a-porta-ocupando-espacos-isso-tem-dado-resultado/>

²⁸ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/rioerua-o-alvo-carioca-do-sinistro-salles/>

²⁹ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/um-cidade-mais-inteligente-tambem-para-pretos-e-pardos/>

³⁰ Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods4/apostilas-viajam-de-barco-para-salvar-ano-letivo-de-alunos-isolados-e-sem-internet/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste primeiro mapeamento, identificamos poucas organizações atuando predominantemente com a pauta socioambiental, o que representa cerca de 10% do total de iniciativas listadas pelo Mapa do Jornalismo Independente no contexto brasileiro. Sintetizamos os resultados obtidos com análise descritiva das oito iniciativas, a partir dos nossos dois eixos de observação. Sobre *a forma de organização e o modelo de negócios*, identificamos que pelo menos quatro delas são fruto de atividades de Organizações Não Governamentais com trabalhos que podem ultrapassar a produção de notícias e ou se configurar como uma institucionalização necessária para a própria sobrevivência financeira. São os casos da Envolverde, Repórter Brasil, O Eco e Ecodesenvolvimento, além da InfoAmazônia que trabalha na estreita parceria com as organizações indicadas. Nesse sentido, não inviabiliza a independência editorial, mas são formas de pluralizar a experiência jornalística em um campo institucional, ativista e ao mesmo tempo de mídia alternativa, que precisa ser complexificado. Quase todas as iniciativas aceitam e incentivam as doações financeiras individuais, trazem a proposta do financiamento coletivo, numa rota de coparticipação com os usuários leitores. Mas o incentivo à participação é, muitas vezes, limitado ao envio de pautas, com isso, o engajamento parece restrito a uma sensibilização discursiva e a uma condição individual. As experiências do portal #Colabora e Amazônia Real se mostram mais participativas, estabelecem uma rede de colaboradores autônomos, com fortes inclinações ativistas.

No quesito que denominamos como *enquadramento narrativo* identificamos a preocupação com a temática da sustentabilidade e predominantemente o tom da denúncia, mas buscam dar amplitude para a temática ambiental, com assuntos como desigualdade, diversidade, trabalho escravo, mobilidade urbana, para além de informações factuais impulsionadas pelo contexto social emergente de desmatamentos e queimadas, por exemplo, e da pandemia da Covid-19. No caso, as iniciativas que conseguiram ampliar mais as pautas e oferecer conteúdo por meio de reportagens transversais são o Repórter Brasil, a Amazônia Real e o #Colabora. Os dois últimos trazem com intensidade a perspectiva de gênero, o olhar para as violências do campo e as questões sanitárias. Nenhuma das iniciativas se declara no escopo do midiativismo, e metade delas surgiu há mais de 10 anos, indicando que o ajuste conceitual é uma preocupação muito mais acadêmica do que empírica. Contudo, aproximam-se do nosso entendimento de midiativismo ao prezarem pela questão da independência editorial e financeira, produzirem conteúdos com abordagens, fontes e preocupações que não alcançam a

mídia convencional e, sobretudo, marcarem posição política e envolverem o cidadão no debate sobre as problemáticas socioambientais. Nesse sentido, avaliamos que as iniciativas que mais integram esta proposta até pela condição temporal são a Amazônia Real e o #Colabora. Nestes casos, reiteramos a estrutura colaborativa, o engajamento do (a) jornalista, a transversalidade das pautas desenvolvidas, que se deslocam dos temas do meio ambiente natural, e pluralizam a cobertura e as próprias práticas jornalísticas com intervenções explícitas.

Por fim, reconhecemos que precisamos ir além e entender o plano discursivo com a análise aprofundada do conteúdo das publicações em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Diário da Covid-19: Mortes no Brasil crescem, mas vacinação ainda demora. **Colabora**, 13 de dez. de 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/mortes-no-brasil-crescem-mas-vacinacao-ainda-demora/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

AMAZÔNIA REAL. Site oficial. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>. Acesso em: 5 mar. 2020.

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 151-169.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n.15, pp.33-44, jan/jun. 2007.

CAMARGO, Isadora Ortiz de; CORRÊA, Elizabeth Saad. Jornalismo móvel e reconfiguração do ciberespaço: Para onde a tecnologia pode levar as experiências comunicacionais? In: **7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Ciberultura**. Disponível em: http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/pdf/Eixo_7_Redes_Sociais_na_Internet_e_Sociabilidade_online/25990arq36898300873.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

COLABORA. Site oficial. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONDES, Dal. Entrevista: Envolverde, 16 anos. [Entrevista concedida a] PÚBLICA. PÚBLICA, jan. 2014. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2014/01/texto-envolverde1.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

FLORES, Jesús; RENÓ, Denis. **Periodismo transmedia**. Aveiro: Ria Editorial, 2018.

JACOBI, Pedro. Socioambientalismo. In: RICARDO, B. CAMPANILI, M (org). **Almanaque Socioambiental 2008**, São Paulo: ISA, 2007, p.461-468.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE MOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. 295p.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MELO, Liana. Única vereadora eleita no país pelo conservador DC é mulher trans. **Colabora**, 14 de dez. de 2020. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods16/transgeneros-na-politica/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MIGUEL, Katarini; FRAIHA, Mylena. Jornalismo e afetos na experiência transmídia do movimento ambiental. **Revista Observatório**. Vol. 5, n. 4, 2019. p.280-308. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5778/15501>. Acesso em: 6 mar. 2020.

NUNES, Mônica; CAMARGO, Suzana. Sobre. **Conexão Planeta**. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/sobre/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PENHA, Rayane. Quilombos do Amapá relatam violência policial e o racismo. **Amazônia Real**, 2 de dez. de 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quilombos-do-amapa-relatam-violencia-policial-e-o-racismo/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, v. 9, 26 jun. 2007. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153/154>. Acesso em: 10 set. 2020.

RIBEIRO, Malu. Qual a atenção que o brasileiro dá para a pauta ambiental. [Entrevista concedida a] Camilo Rocha. **NEXO**, 07 de jun de 2019 (atualizado 10/06/2019 às 14h28). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/07/Qual-a-aten%C3%A7%C3%A3o-que-o-brasileiro-d%C3%A1-para-a-pauta-ambiental>. Acesso em: 15 mai. 2020.

RIBEIRO, Maria Fernanda. Agentes federais levaram o coronavírus para as aldeias, diz APIB. **Amazônia Real**, 11 de dez. de 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/agentes-federais-levaram-o-coronavirus-para-as-aldeias-diz-apib/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RODRIGUES, Cláudia. **Mídia Ninja**: narrativas jornalísticas em disputa. Florianópolis: Insular, 2018. 256p.

SANTOS, Izabel. Morte de menina Sateré-Mawé expõe violência sexual dentro dos territórios. **Amazônia Real**, 10 de dez. de 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/morte-de-menina-satere-mawe-expoe-violencia-sexual-dentro-dos-territorios/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SODRÉ, Muniz. Midiativismo: uma espécie de filho histórico de John Dewey. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 21-23.

Submetido: 15/07/2023

Aceito: 10/12/2023